



ação ergonômica volume 12, número 1

GESTÃO DA CARGA DE TRABALHO NA ATIVIDADE DOCENTE: UM ESTUDO DE CASO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO¹

Sirley Aparecida Araújo Dias²

IBMEC/UEMG

Email: sirleyaraujo@uol.com.br

Daisy Moreira Cunha

UFMG

Email: daisy-cunha@uol.com.br

Resumo: No Brasil, a partir da década de 1990, houve um crescimento expressivo do ensino superior, tanto no setor público, quanto no privado. Este artigo focaliza o trabalho docente em uma IES (Instituição de Ensino Superior) do setor privado, situada na Região Sudeste do Brasil. O objetivo geral é analisar a carga de trabalho docente, em seus múltiplos aspectos, à luz da expansão nesse setor. Para seu desenvolvimento, foram realizadas pesquisas: bibliográfica, documental e de campo. A última constituiu-se de duas etapas sequenciais e complementares. Na primeira fase, foram obtidos dados quantitativos e, em seguida, foi feito um afunilamento para um estudo de caso individual, com abordagem qualitativa. O cotidiano docente foi acompanhado e descrito numa perspectiva ergonômica e ergológica que também é o referencial teórico adotado. A pesquisa mapeou as múltiplas dimensões da carga de trabalho e sua repercussão sobre todos os docentes. Os resultados obtidos apontam que há uma circulação entre o que é coletivo e o singular, num equilíbrio instável em que, tanto se opera o cumprimento coletivo das regras institucionais, quanto ocorre uma gestão individual que pode, em última análise, impactar sensivelmente a carga de trabalho docente.

Palavras chave: Atividade, Carga de Trabalho Docente, Ergologia, Ergonomia, Trabalho Docente.

¹ Artigo elaborado a partir da tese de doutorado de Sirley Aparecida Araújo Dias defendida na Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Prof^a Dr^a Daisy Moreira Cunha.

² A autora agradece o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Abstract:

In Brazil, from the 1990s, there was a significant increase in higher education, both in the public and private sectors. This article focuses on teaching work at a private sector HEI (Higher Education Institution) located in the Southeast Region of Brazil. The general objective is to analyze the teaching workload, in its multiple aspects, in light of the expansion in this sector. For its development, researches were carried out: bibliographical, documentary and field. The latter consisted of two sequential and complementary steps. In the first phase, quantitative data were obtained and then a bottleneck was made for an individual case study with a qualitative approach. The daily teaching was accompanied and described in an ergonomic and ergological perspective that is also the theoretical reference adopted. The research mapped the multiple dimensions of the workload and its repercussion on all teachers. The results show that there is a movement between what is collective and the singular, in an unstable equilibrium in which both the collective fulfillment of institutional rules operates, and an individual management that can, ultimately, significantly impact the teaching work.

Keywords: Activity, Teaching Workload, Ergology, Ergonomics, Teaching.

1. INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9.394, promulgada em 1996, alterou substancialmente os parâmetros para a educação superior no Brasil. A existência de instituições privadas não é fato recente, bem como a cobrança de taxas e mensalidades dos alunos, porém a explicitação dos fins mercantis para a educação trouxe impactos para sua concepção. O que se quer ressaltar é que há mudanças sobre a “natureza privada dos meios e dos fins da educação superior” (BERTOLIN, 2009).

O advento da LDB abriu as portas para a expansão do ensino superior no Brasil, considerando que as alterações oriundas desse processo instituíram, entre outros aspectos, a natureza mercantil das Instituições de Ensino Superior (IES)³, novos parâmetros para ingresso de alunos e oferta de cursos, abertura ou ampliação de instituições. De acordo com Bertolin (2009) a LDB e o Decreto n° 2.207, de 15 de abril de 1997, fundamentaram, do ponto de vista legal, o surgimento da mercantilização da educação superior brasileira. Entende-se por mercantilização o processo em que o desenvolvimento dos fins e dos meios da educação superior, tanto no âmbito estatal como no privado, sofre uma reorientação de acordo com os princípios e a lógica do mercado e sob o qual a educação superior, gradativa e progressivamente, perde o status de bem público e assume a condição de serviço comercial (BERTOLIN, 2009, p. 352).

³ A terminologia IES públicas e privadas é recorrente nesse trabalho e, para fins de elucidação dos termos, adota-se a conceituação do INEP, em que as IES privadas são instituições de educação superior com categoria administrativa igual à privada com fins lucrativos ou privada sem fins lucrativos; enquanto as IES públicas são instituições de educação superior com categoria administrativa igual à pública federal, pública estadual ou pública municipal (INEP, 2013).

A supremacia das IES privadas corrobora essa reorientação, uma vez que os dados do Censo da Educação Superior 2012 - Resumo Técnico (BRASIL, 2014), elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), confirma que 2.416 IES participaram do Censo 2012, sendo 304 públicas (12,6%) e 2.112 (87,4%) privadas. Diante do aumento dos cursos e instituições, igualmente se amplia o mercado de trabalho para os professores de cursos superiores. Uma das possibilidades de contratação é por carga horária em que o salário do professor horista se baseia naquela que lhe foi designada naquele semestre. Essa contratação ocorre sob demanda para a instituição, configurando contratos flutuantes conforme a carga horária das disciplinas que ficarão sob a responsabilidade do docente.

Diante de tais peculiaridades é necessário conhecer a atividade⁴ docente e seus desdobramentos no contexto do trabalho docente. Reafirma-se, portanto, a importância de se focalizar os docentes do setor privado sob a perspectiva da carga de trabalho em sua atividade. Assim, o objetivo geral é analisar a carga de trabalho na atividade docente no ensino superior em seus múltiplos aspectos à luz da expansão do setor privado.

Referencial Teórico

Adotou-se os referenciais da ergonomia e da ergologia, empregando, assim, um conjunto teórico e técnico que

⁴ A utilização do termo ‘atividade’ (no singular) se reveste de particular importância por colocar em relevo o que o trabalhador leva em conta para executar seu trabalho. Doravante esse conceito será explicitado de forma a ancorar a análise da atividade docente. Por sua vez a palavra ‘atividades’ (no plural) é aqui utilizada em sua forma usual, conforme seu entendimento para o senso comum e também é mantida quando se localizar dentro das citações diretas dos autores e documentos aqui arrolados.

evidenciou e privilegiou o ponto de vista da atividade (GUÉRIN, 2001).

A ergonomia contribuiu com os conceitos de trabalho prescrito, trabalho real e o ponto de vista da atividade; da ergologia, adotou, em especial, a noção do uso de si, enfocando os debates de normas, as renormalizações e as dimensões gestionárias, na perspectiva do manejo da carga de trabalho no desenrolar da atividade.

Ao se referir à carga de trabalho, Wisner (1994) argumenta que “todas as atividades, inclusive o trabalho, têm pelo menos três aspectos: físico, cognitivo e psíquico. Cada um deles pode determinar uma sobrecarga” (1994, p. 13). Argumenta ainda que os três aspectos estão inter-relacionados e que uma sobrecarga em um dos aspectos poderá ser acompanhada de uma carga bastante alta nos outros dois.

Carga de trabalho é “um fenômeno que a ciência dificilmente consegue apreender, mas, não obstante, real, como cada um pode constatar pela experiência”, sendo, portanto uma complexa função de: duração da atividade, ritmo e intensidade do esforço, tipo de tarefa, estratégias de regulação (que, por sua vez, dependem das competências do trabalhador e das condições de trabalho em sentido amplo), ciclos e pausas (horárias, diárias, entre jornadas, semanais e anuais, com seus feriados e férias mais longas, implicação, interesse e sentido do trabalho para o trabalhador) (LIMA, 2010, p. 1- 2).

Especificamente no trabalho docente, Tardif (2012) considera que, como em qualquer outra profissão, há professores que se engajam de tal maneira com seu trabalho, que podem, até mesmo, permitir que esse invada sua vida particular, seus fins de semana e suas noites. Propõe pensar que “essa noção ‘carga de trabalho’ é complexa porque remete a diversos fenômenos – dos quais vários não são quantificáveis – que se inter cruzam sem cessar e cuja influência recíproca é difícil ou mesmo impossível de separar completamente” (TARDIF, 2012, p. 113). Em consonância com o engajamento referido por Tardif (2012) evoca-se o conceito proposto por Schwartz (2000) sobre o “uso de si”. Para esse autor, o trabalho é “um lugar de debate, um espaço de possíveis sempre a

negociar onde não existe execução, mas uso, e o indivíduo no seu todo é convocado para a atividade”, em que “o trabalho sempre envolve uso de si” (SCHWARTZ, 2000). Assim o engajamento de cada um com sua atividade é uma forma do “uso de si”. A expressão “uso de si” comporta, nela mesma, dois dos termos fundamentais para a abordagem ergológica. A junção das duas palavras, contrariamente ao que poderia indicar o senso comum, vai delinear a potência de uma noção básica para a ergologia. Inicialmente, a palavra “uso” declara de forma veemente que, diferentemente do que parecia uma certeza imutável, o trabalho não meramente executa seu trabalho. Há uma convocação, uma demanda para que o sujeito, em alguma medida, se implique na realização da atividade e nisso reside o “uso”. Em outras palavras, nenhum trabalhador, em nenhuma atividade de trabalho, se posta frente ao seu trabalho argumentando que faz apenas o que lhe foi dito para fazer. Ao contrário, caso fosse essa a postura vigente, ter-se-ia trabalho inacabado, uma vez que o sujeito ao fazer o “uso de si”, fazer uso de suas reservas de alternativas, é que permite que efetivamente o trabalho se realize. Nesse sentido Schwartz (2000) afirma que “o trabalho é um lugar de debate, um espaço de possíveis sempre a negociar onde não existe execução, mas uso, e o indivíduo em seu todo é convocado na atividade” (p. 34). Mais especificamente e categoricamente, o autor afirma que todo trabalho “é sempre *uso de si*, considerando-o, simultaneamente, *uso de si por outros* (o que vai das normas econômicas às instruções operacionais) e *uso de si por si* (o que revela compromissos microgestionários)” (SCHWARTZ, 2000, p. 25) (itálicos no original).

Schwartz (2006) argumenta que a ergologia dilata a diferença entre o ‘trabalho prescrito’ e o ‘trabalho real’, levando em conta a formulação dos ergonomistas, e argumenta que “ampliamos muito essa noção do trabalho real com a noção de ‘normas antecedentes’ (...) a propósito da tendência de cada um renormatizar seu meio de vida e seu meio de trabalho” (SCHWARTZ, 2006, p. 459).

De maneira análoga, Brito e Athayde (2011) afirmam que a ergologia extrapola “a noção do trabalho prescrito, distinguindo-a de ‘normas antecedentes’, com esta última

noção colocando em cena elementos antes não contemplados” (BRITO; ATHAYDE, 2011, p. 259).

A norma é antecedente não apenas ao trabalho, mas à própria existência. Há algo na norma que diz respeito ao patrimônio da espécie humana, não apenas em seus aspectos biológicos, mas culturais e sociais, entre outros. As normas podem e “devem ajudar a enquadrar, a transformar em protocolo aquilo que assim pode ser, mas não podemos mandar embora a atividade que se dá como convidada, felizmente, para gerir a todo instante o encontro de encontros” (SCHWARTZ, 2011, p. 138).

Toda situação de trabalho é de um lado, protocolos que são denominados normas antecedentes e que englobam toda a anterioridade da situação, e, na outra ponta, a realidade, o contexto.

Os conceitos de ‘normas antecedentes’, ‘debates de normas’ e de ‘renormalização’ são conduzidos na ergologia localizando as dramáticas presentes na realização da atividade. A ergologia tece uma teia que entrelaça esses três conceitos, os quais se relacionam um com o outro, seja validando ou propondo outra forma de existência.

Numa seara como da atividade docente, a ergologia permite avançar além da descrição do trabalho, fornecendo aportes para que se compreenda o engajamento do sujeito e as dramáticas que estão colocadas para sua realização, portanto para esse ‘uso de si’. O trabalho docente definido nas regras institucionais não representa a globalidade do que está em jogo na situação de trabalho, propriamente numa atividade, em que as relações e interações humanas ultrapassam as prescrições institucionais.

Schwartz (2011) evoca o momento da entrada do professor em sala de aula, em que “o estado, naquele dia, desse encontro indefinidamente desfeito e refeito que é a diversidade de trajetórias, aspirações, de resistências constitutivas de uma turma” (p. 133). Argumenta que esse professor se pergunta “como combinar seus valores profissionais, cívicos, a preocupação com o programa de curso; sobre como gerir as interfaces entre a multiplicidade de percursos prováveis e improváveis dos jovens e os objetivos que ele, professor, gostaria de se colocar” (p.

133-4). Na descrição de Schwartz (2011) se encontram apontamentos da realidade da atividade docente atravessada de questionamentos e dramáticas do “uso de si” que inapelavelmente convocam o sujeito.

A atividade em seu curso de desenvolvimento enseja uma simultaneidade de ações a ser detalhada e institui dimensões temporais distintas e complementares: passado, presente e futuro.

No presente estudo de caso, além de descrever a atividade docente, levou-se em consideração o pressuposto ergológico de que a atividade humana é a síntese entre o que é prescrito e o que é efetivamente realizado. Ao efetivar essa síntese o sujeito faz escolhas, hierarquiza e renormaliza seu meio e que essa é a matriz da história.

O estudo que se segue buscou revelar a carga embutida e encoberta no cotidiano, contribuindo para dar visibilidade às situações cotidianas com as quais se depara um professor de uma IES do setor privado.

2. METODOLOGIA

2.1 Materiais e Métodos

A pesquisa realizada constituiu-se de duas etapas sequenciais e complementares. Os dados iniciais foram obtidos numa abordagem de natureza quantitativa e, de posse desses dados, foi feito um afinamento para uma abordagem qualitativa.

Cada uma das etapas trouxe sua contribuição para o desvelamento da atividade docente num setor específico, sujeito a condições determinadas e exigindo do sujeito a gestão de si e também da sua carga de trabalho.

Em consonância com Gil (2002), adotou-se o estudo de caso com o intuito de coletar o máximo de informações sobre a atividade docente numa instituição privada de ensino superior buscando entrever aspectos passíveis da carga de trabalho docente. Optou-se por conduzir esse estudo em uma única instituição para que se pudesse apreender com a maior fidedignidade possível, a atividade em uma dada organização de trabalho, mediante condições igualmente determinadas.

A primeira fase da pesquisa enfatizou a abordagem quantitativa, sendo iniciada em Fevereiro de 2012 na IES Alfa⁵, que contava com 693 professores, sendo 138 em tempo integral, 119 em tempo parcial e 436 horistas. A amostra foi intencionalmente selecionada considerando professores horistas com 20 ou mais horas de trabalho em sala de aula, totalizando 144 professores. O questionário esteve *online* entre Outubro de 2012 e Janeiro de 2013 e foi respondido por 47 professores.

Dos dados quantitativos emergiu um perfil do professor horista da IES Alfa e dentre os respondentes, optou-se pela professora Melissa⁶, que foi acompanhada “*in loco*” durante aproximadamente 50 horas.

3. Resultados

Os respondentes da etapa qualitativa se distribuíram entre 59,6% do sexo feminino e 40,4% do sexo masculino. A titulação Mestrado foi assinalada por 38 docentes equivalente a 80,9% dos respondentes, 14,9% doutorado e 2,1% para um respondente com pós-doutorado e outro especialista. A idade dos respondentes variou entre menos de 30 e acima de 60 anos de idade, o maior percentual, 53,2%, na faixa de 31 a 40 anos.

Sobre a experiência docente 48,9% dos respondentes são professores há menos de 5 anos e que 31,9% têm entre 6 a 10 anos de IES. Para além do perfil delineado na primeira etapa, o qualitativo buscou conhecer as normas que facilitam ou impedem a gestão da carga, quais são seus fatores estruturantes, e conhecer estratégias os professores descobriram para lidar com as amarras institucionais.

No questionário foram contemplados os aspectos físicos, cognitivos e psíquicos preconizados por Wisner (1994) para abordagem da carga de trabalho. Entretanto conforme apontado na pesquisa bibliográfica, a “noção de carga de trabalho” é complexa porque remete a diversos fenômenos que se relacionam entre si, que se influenciam e se

interpenetram, tornando assim difícil, quiçá impossível, o isolamento de uma variável.

À luz dessa proposição de Wisner (1994) o instrumento utilizado buscou classificar as situações cotidianas nos três aspectos. Ressalte-se que, a despeito de alguma discordância sobre o enquadramento dessa classificação, não há como negar que tais situações podem ser fatores estruturantes da carga para a categoria profissional. Cabem questionamentos do ponto de vista do enquadramento na classificação, muito embora sejam situações cotidianas e concretas para os docentes da IES Alfa.

Os enquadramentos não são estáticos, ao contrário, são interdependentes. É assim, por exemplo, quando o instrumento trata dos aspectos físicos da carga de trabalho, referindo-se a uma sala de aula com condições ambientais desfavoráveis. Não se trata apenas de discutir a existência de calor em sala, uma vez que a atividade ali desempenhada enseja outros aspectos da carga de trabalho. A despeito da condição física desfavorável, é preciso preparar uma aula, o que impacta na carga cognitiva e, ao mesmo tempo, estabelecer relações e interações com os alunos, o que, por sua vez, pode impactar em carga psíquica.

A análise dos dados qualitativos se inicia com observação da primeira aula, aqui denominada Aula 01. Trata-se de um momento muito significativo, pois é quando foram estabelecidos os primeiros contatos entre a professora e alunos. Trata-se ainda do momento em que se conheceu o espaço físico da sala de aula e o número de alunos, entre tantos outros aspectos que influenciarão diretamente na atividade docente no que tange à carga de trabalho.

No início da Aula 01 a professora Melissa apresenta o Plano de Ensino e cronograma de datas da disciplina. O Plano de Ensino em si, é uma norma antecedente, uma vez que é uma exigência da IES e também ancora no passado, pois já está postado no ambiente virtual. No momento presente, a professora depara com um número de alunos em sala de aula bem maior do que a lista que recebeu da Coordenação do curso. Assim no tempo presente, tem que fazer alguns ajustes para minimizar os problemas advindos da entrada desses novos alunos ao longo do semestre, o

⁵ Nome fictício da IES pesquisada.

⁶ Nome fictício escolhido pela professora que foi acompanhada no seu cotidiano docente.

que remete ao futuro. A professora Melissa mobiliza um patrimônio pessoal e coletivo para fazer frente aos imprevistos. No presente, ela verbaliza que “precisa pensar como vai fazer com os alunos que não constam na lista”, ou seja, tem que manejar como equilibrar a norma com a variabilidade inerente às situações de trabalho.

No exemplo em questão, há variáveis concretas, como Plano de Ensino e cronograma de aulas, mas também há outros aspectos que não são tão objetivos, como por exemplo, a preocupação da professora Melissa que se dirige à sua própria atividade, ao aluno e à IES. Ela sabe que coexistem múltiplos tempos a gerir, como o tempo das aulas, tanto dessa quanto as seguintes, os trabalhos que ainda serão distribuídos e executados pelos alunos. A sua preocupação é dotada de um sentido subjetivo e pode minimizar vários desgastes: sua própria carga de trabalho ao longo do semestre, uma vez que ela pode se antecipar e, por exemplo, evitar a elaboração de exercícios complementares para atribuição de nota. É possível também se antecipar à demanda dos alunos que, em algum momento, podem pedir reposição das tarefas avaliativas, considerando que quanto mais exceções, mais carga de trabalho.

No curso da análise da atividade depara-se com o passado, o presente e o futuro. O passado está presente na experiência da professora, no patrimônio coletivo, na aprendizagem que já se produziu em situações anteriores, o presente é o que está sendo gerido no ‘aqui e agora’ da atividade e, por sua vez, a antecipação de problemas se dirige ao futuro, compondo a globalidade da atividade em ação. Ao se empenhar em resolver ou encaminhar soluções para os problemas que acontecem em sala, evidencia que a experiência subjetiva “se funda no campo da atividade, que assegura o funcionamento do todo, inclusive o ‘bom funcionamento das normas’” (LIMA, 2005) (aspas no original). Ali como em tantas outras situações de trabalho, a atividade é gerida pelo sujeito e, paradoxalmente, cria a noção errônea de que as normas ou regras são suficientes ou que resolvem as situações de trabalho, ficando ‘esquecido’ que quem de fato dá sentido às normas e

relativiza sua importância é o sujeito na sua atividade contextualizada.

O “uso de si” se apresenta de forma categórica. Ao mesmo tempo em que a professora Melissa faz “uso de si por si” revelando seus compromissos microgestionários, em que no espaço e tempo da sala de aula, ela faz gestão ou a antecipação dos problemas ou imprevistos, igualmente, permite o “o uso de si por outros”. No presente caso, “o uso de si por outros” se apresenta sobre a forma da gestão que ela faz em sala de aula, quando preserva a IES e se ocupa de rever seu Plano de Ensino. Pode-se perceber que não são movimentos excludentes, ao contrário, se complementam e se interagem no desenrolar da sua atividade. Também não se faz isso alheio aos compromissos assumidos por cada profissional, pelo seu engajamento e valores que norteiam sua atividade.

O acompanhamento colocou em evidência as normas antecedentes que dão peso à atividade e como ocorre a circulação, a dramaticidade e as escolhas feitas no cotidiano e que repercutem nas múltiplas dimensões da carga de trabalho.

Assim, como num panóptico a carga de trabalho pode ser identificada de forma mais objetiva para o coletivo docente e também de maneira mais sutil e subjetiva para cada sujeito envolvido e implicado na realização do seu trabalho docente.

4. CONCLUSÃO

As conclusões desse estudo apontam para a globalidade da carga de trabalho presente na atividade docente. Em seus dados quantitativos, realizou-se um recorte nos aspectos da carga de trabalho e foram apontados fatores estruturantes nos aspectos físicos, cognitivos e psíquicos da carga de trabalho. Cotejou-se os resultados da pesquisa quantitativa para dialogar com o estudo de caso numa perspectiva de discutir o singular e o coletivo na gestão da carga de trabalho.

As conclusões da pesquisa indicam que existem circunstâncias que repercutem sobre todos os docentes, como por exemplo, horários de trabalho, turnos, número

de alunos e disciplinas, condições das salas de aula, entre outros aspectos. E, por repercutirem sobre todos os docentes ocupam ou deveriam ocupar eventuais pautas da representação docente. A despeito da repercussão sobre o coletivo docente, o impacto dessas mesmas circunstâncias é singular.

A observação da atividade da professora Melissa colocou em cena, em tempo real, as inúmeras gestões que ela deve mobilizar para dar cabo da tarefa que lhe foi designada pela instituição. Assim para desenvolver sua atividade, a professora articula os meios e instrumentos disponibilizados, as normas antecedentes, o real da atividade no tempo presente, aqui e o agora, a relação com os alunos, entre outras inúmeras variáveis, renormalizando o prescrito, mobilizando saberes e valores na sua realização. Esse movimento dramático engendra esforços de modo a, não apenas cumprir a atividade, mas também cuidar de si mesma, considerando a carga de trabalho engendrada nos inúmeros desdobramentos no decorrer da sua realização.

A observação cotidiana permitiu dar visibilidade à forma como uma professora, a partir do que foi mapeado do contexto coletivo de trabalho, maneja e lida com a carga embutida na sua atividade docente, fazendo uma gestão que é individual, singular e se coaduna com seus valores.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTOLIN, J. **Avaliação da Educação Superior Brasileira**: relevância, diversidade, equidade, e eficácia do sistema em tempos de mercantilização, *Avaliação*, v 14 n 2, 351-383, jul 2009. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação superior: 2011 – resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf Acesso em Ago 2013

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2012**: resumo técnico. Brasília: INEP, 2014.

Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf>.
Acesso em: 14 nov. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUÉRIN, F. *et al.* **Compreender o trabalho para transformá-lo**: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

LIMA, F. P. A. Norma e atividade humana: modelos dinâmicos da prescrição e historicidade das situações de trabalho. In: DIEESE; CESIT (Org.). **Trabalho e abordagem pluridisciplinar**: estudos Brasil, França e Argentina. São Paulo: DIEESE; Campinas: CSIT/IE/Unicamp, 2005.

LIMA, F. P. A. Carga de Trabalho. In: OLIVEIRA, D. A.;

DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG. Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

SCHWARTZ, Y. **Trabalho e usos de si**. Pro-posições, São Paulo, v.1, n.5, p.34-50, julho, 2000.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e gestão: níveis, critérios, instâncias. In: FIGUEIREDO, M. *et al.* (Orgs.). **Labirintos do Trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004c.

SCHWARTZ, Y. **Entrevista**: Yves Schwartz. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 4, n. 2, p. 457-466, 2006.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Orgs.). **Trabalho e Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: Editora da UFF, 2010.

SCHWARTZ, Y. Manifesto por um ergoengajamento. In: BENDASSOLLI, P.; SOBOLL, L., (Orgs.). **Clínicas do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011.

TARDIF, M. A carga de trabalho dos professores. In: TARDIF, M., LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2012.

WISNER, A. A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia. São Paulo: Fundacentro. 1994.